

RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO NA PRESIDÊNCIA DO INSS EM 2016



Data: terça-feira, 2 de fevereiro de 2016

Local: sala de reuniões da presidência do INSS

Presentes

INSS

Elisete Belchior, presidente do INSS; José Nunes (DGP); Mário Sória (Dirat); Vladimir Gobb (Dirben-substituto); Andre Camargo, subprocurador do INSS; Cibele Magalhães (CGPGE), Viviane Barreto (DGP) e Heloisa Henchel, chefe de gabinete.

Fenasps e sindicatos filiados

Moacir Lopes (PR), Lídia de Jesus (BA), Djalter Rodrigues (RN), José Campos (RS), Rita Assis (SP), Carlos Vinícius (RJ), Marcelo Vasques (SP), Juliana Campos (SP), Jorge Ricardo (RS) e Fernando da Silveira (SC)

Na reunião realizada nessa terça-feira, 2 de fevereiro, a segunda de 2016 entre INSS e Fenasps, a presidente do instituto, Elisete Berchiol, abriu os trabalhos informando que convocou a mesma para fazer balanço da reposição dos serviços e outras questões. A presidente disse que os integrantes da direção do INSS foram surpreendidos com publicação do [Decreto 8653/2016](#), embora considere um avanço a retomada dos debates sobre atribuições. Porém afirmou que: “esta questão é um dos principais pontos para se discutir no Comitê de Carreira”.

Reposição dos serviços

O representante da Dirat, Mário Sória, apresentou um balanço ainda incipiente dos serviços já homologados, em torno de 15% dos serviços, com 7,23% homologados e outros 7,80% a serem inseridos nos SRAR. Neste total, entretanto, não estão incluídos os serviços feitos antes da publicação do [Memorando 23, de novembro de 2015](#). Disseram que muitos serviços que já foram realizados ainda sendo lançados no sistema, e vão alterar estes números.

Sória admitiu que existem problemas de interpretação por parte dos gestores e servidores, e confirmou o documento enviado pela FENASPS contém grande parte das dúvidas. A Dirat então ficou de entrar com contato com as Superintendências que emitiram orientações aos gerentes executivos diferentes da orientação da Direção Geral, para evitar os problemas apontados pelas entidades.

O Diretor de Gestão de Pessoas, José Nunes, informou que o INSS está fazendo lançamento dos serviços e horas feitas até edição do Memorando 23, a partir de onde farão a dedução do montante de pontuação, para então lançar no sistema uma planilha individualizada na qual os servidores poderão acessar para acompanhá-la. Os problemas que surgirem com divergências de dados devem ser notificados para serem equacionados.

As entidades questionaram todo o processo de reposição montado pelo governo, porque não permite que servidores de diversos setores de trabalho – OI – Procuradoria – Apoio das APS – Área-meio – Perícia Médica – Setor de Gestão de Pessoas – Portaria – CEDOC – Malote e principalmente os servidores com deficiência, façam os serviços e lançar no SRAR, que não aceita determinados serviços, incluindo aqueles realizados pelos servidores do Serviço Social e Reabilitação Profissional.

A presidente do INSS de forma lacônica disse: “como não houve acordo com as entidades, a direção do INSS publicou as orientações unilateralmente, inclusive enviamos os documentos para a CGU”. Afinal disse a mesma: “precisamos prestar contas à sociedade”.

A FENASPS questionou que esta posição inflexível não contribui para resolver os problemas, pois os servidores trabalharam com afinco em mutirões em finais de semana, fazendo horas a mais para dar conta dos serviços após a greve, inclusive realizando o trabalho dos médicos peritos e atendimento de mais de 1.100.000 (um milhão e cem mil) pescadores que recebem o seguro-defeso. Apesar de o INSS não se recusar a contabilizar com pontos alguns serviços, todos os trabalhos do INSS somente conseguem ser feitos porque os servidores trabalham em equipe. Cada servidor cumpre uma tarefa importante para os segurados sejam devidamente atendidos. Portanto, esses trabalhadores prestam todos os dias contas a sociedade realizando um bom trabalho.

Ainda que a FENASPS tenha expressado as demandas da categoria para alterar a forma de reposição dos serviços, a Diretoria do INSS, demonstrando inflexibilidade, não concordava com as posições apresentadas, não querendo admitir que é necessário fazer as avaliações dos erros e inconsistências nas orientações e no sistema. Numa posição inflexível, a direção do INSS se recusou a aceitar as propostas e sugestões, e pior: não apresentou nenhuma proposta de solução para os problemas, limitando-se a dizer iriam que fariam avaliações internas para avaliar as sugestões das entidades.

Novamente, o INSS pediu às entidades para encaminharem um novo ofício com os problemas levantados. As entidades questionaram os dados do governo porque os serviços feitos até a edição do memorando ainda não foram computados, incluindo as horas feitas a mais. Não existe uma avaliação dos impactos da implantação dos novos sistemas nos locais de trabalho.

Propusemos então que seja buscada solução para que os servidores de outros setores – como OI; Apoio área-meio; Procuradoria; Perícia médica; Portaria, dentre outros – possam repor os serviços da greve, contabilizando em pontos as atividades que possam contribuir nas APS.

Como existem muitas dúvidas sobre qual seria o valor da hora trabalhada x 1 ponto, Mario Sória (Dirat), explicou que cada ponto vale 4 horas. Mas para serem computados os serviços, os servidores

devem lançar no sistema os serviços feitos, para homologação pelos gestores. Os casos em que os gestores se recusarem a fazer este processo, deverão ser comunicados à Direção Geral do INSS. Nós sugerimos encaminhar aos sindicatos, que cumprirão esta tarefa.

Após caloroso debate sobre conceito de serviços prestados processo de mutirão, esforços extraordinários para atender os cidadãos, houve a sinalização que vão discutir com as respectivas áreas, para fazer essas adequações nos sistemas, e deverão publicar novas orientações aos gestores e servidores corrigindo os problemas na segunda quinzena após o carnaval.

A FENASPS solicitou que seja agendada uma audiência específica para tratar das demandas dos servidores com necessidades especiais e como estes poderão fazer reposição dos serviços da greve. Além disso, estarão na pauta desta audiência outras reivindicações para estes profissionais exercerem condignamente suas atribuições, pois o INSS tem sido negligente no cumprimento da lei em relação a estes trabalhadores.



Os representantes da FENASPS cobraram ainda que querem ter conhecimento prévio das cobranças da Controladoria-Geral da União (CGU), pois temos diferentes visões sobre a prestação de serviços à população, já que os tecnocratas que não conhecem a realidade do INSS não têm capacidade de emitir julgamentos. O INSS é um dos órgãos públicos que atendem milhões de brasileiros, executando serviços técnicos com base numa das legislações mais complexas do sistema jurídico brasileiro. E, portanto, queremos dialogar com este setor, que prima por cobrar desempenho, exigir metas, sem olhar sobre quais condições de trabalho são executados. Aliás, estes técnicos da CGU deveriam ler o relatório que emitiram sobre perícias médicas que [aponta que mais de 400 APS não têm condições de prestar serviços à população](#), tal o estado de calamidade que se encontram, imaginem se tivessem acesso aos sistemas inoperantes que os servidores estão obrigados a trabalhar todos os dias.

Requeremos ainda que o governo suspenda o próximo ciclo do IMA/GDASS, por razões já expostas em [ofício enviado no último mês de janeiro](#), mas principalmente porque com o fim da greve dos médicos peritos, que gerou conflitos em muitas unidades de trabalho, as ações civis públicas que impõem uma forma de atendimento exclusiva de benefícios e o seguro-defeso, são mais que razões para que isto seja feito imediatamente. A presidente mencionou que já fizeram expurgos nos índices com base nos problemas apresentados pelas Entidades, se comprometendo em dar retorno até próxima reunião.

Sobre a reposição dos serviços, reafirmamos que o período de seis meses estabelecido no Memorando 23 não teve qualquer base técnica, já que nos meses de dezembro a fevereiro, a maioria dos

servidores está em férias e ainda houve mudanças de sistemas, agravando os antigos problemas. É preciso considerar também que nenhuma entidade assinou acordo estabelecendo tempo para repor os serviços. Será necessário rever o prazo de forma que possibilite aos servidores cumprirem suas atribuições, sem as pressões que determinados gestores vêm fazendo, lembrando que assédio moral é crime previsto em lei.

Finalizando, os representantes da Fenasps foram contundentes sobre a publicação do Decreto nº 8.653, sobre as atribuições dos servidores, porque agravam os problemas do INSS. Porque o decreto não resolve os problemas da carreira do Seguro Social, impõe a todos os cargos as mesmas atribuições, não valoriza os trabalhadores, que continuam fazendo atribuições similares com remunerações diferentes, além de desprezar as profissões regulamentadas por órgãos de classe.

A Direção Geral ficou de responder aos requerimentos das entidades sobre alteração no Edital do concurso. As entidades reenviaram documento incluindo novos problemas e os casos que extrapolam as orientações emitidas pelo INSS, e foi definido pela realização de nova reunião no início de março.

Apesar dos esforços dos servidores, a direção do INSS não parece disposta a buscar uma solução que permita a todos os servidores fazerem reposição dos serviços em sistema de mutirão, e, portanto, vai na direção contrária ao que foi discutido durante as negociações, nas quais foi estabelecido que estas questões seriam resolvidas coletivamente. Atualmente estes problemas estão criando outros, impedindo que os servidores tenham tranquilidade para desempenhar suas atribuições. E, com base na inflexibilidade da direção do INSS, a FENASPS vai convocar Encontro dos Trabalhadores do INSS para o dia 5 de março e Plenária Nacional para o dia seguinte, 6 de março, para que os trabalhadores decidam quais serão os caminhos da luta no próximo período. **É importante que sejam realizadas reuniões nos estados para discutir os problemas e eleger representantes e delegados para participarem dos fóruns nacionais.**

Brasília, 3 de fevereiro de 2016.

**Diretoria Colegiada
FENASPS**